

A IDENTIDADE E OS SEUS PROCESSOS DE RE-CONSTRUÇÃO

Na explanação sobre a temática da identidade inicio com o recurso ao discurso do senso comum. Também a Professora Idália Sá-Chaves nos tem habituado, pela argumentação dos seus saberes, num descrito científico e conceptual, partindo da utilização de metáforas para a des_construção e re_construção de uma nova ideia, geradora e fermentadora de saberes.

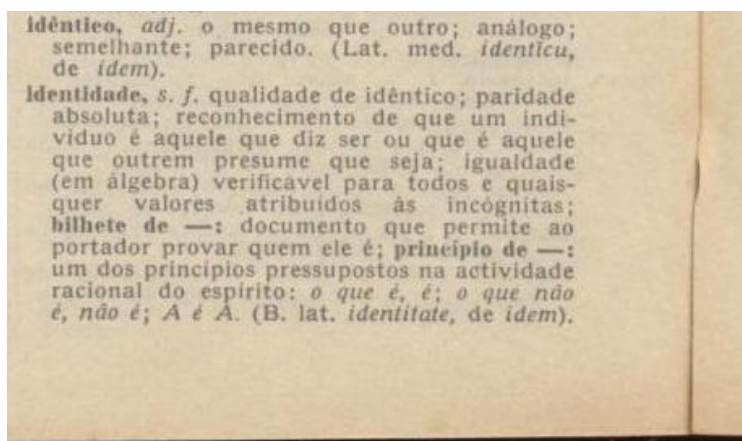


Santos (1987), diz-nos que todo o conhecimento construído constitui-se em senso comum, vulgar e prático através das nossas vivências. As ciências modernas guerrearam com esta metodologia superficial, ilusória e com cariz de falsidade. As pós-modernas (visão *habermessiana*) tentam criar um diálogo e reabilitar o senso comum que tem causa e intenção assente nos princípios da responsabilidade individual e fenómenos criativos.

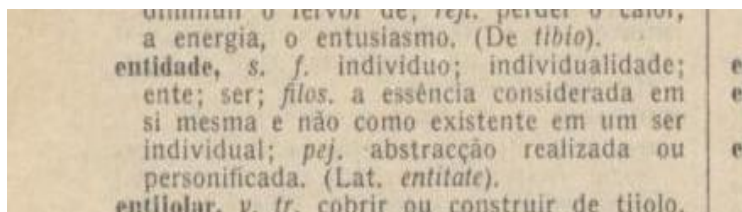
"Sensocomunizando-se" (*ibidem*, 1987:21), a ciência pós-moderna não despreza a vertente tecnicista mas racionaliza-se na sabedoria da vida, bebendo em múltiplas fontes. Refere este autor ainda que: *"O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que*

não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafísico; não ensina, persuade.”(1987:21)

Perante este achado, que pretende ser justificativo, folheei um velho Dicionário da Língua Portuguesa (1972) até em detrimento de uma qualquer pesquisa dicionética *online*, procurando os significados de identidade. Nesse mesma procura verifiquei que identidade seria o reconhecimento de um indivíduo como ser único, uma entidade.



Este último termo levou-me então a nova pesquisa àquele velho livro dos meus tempos de escola.



Como tal, a etimologia desta palavra [entidade] conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou o mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece.

No pensamento grego, Sócrates e Platão destacam-se pela sua preocupação em definir o que são as coisas, ou seja, em descobrir e fixar as essências das coisas, restabelecendo o ponto de vista da verdade na filosofia. No sentido socrático e platónico, a definição parte do princípio da identidade e permanência dos *entes* e *seres*, para ultrapassar o problema da unidade e da multiplicidade que caracteriza cada um de nós.

Perante este achado fui começando este discurso, percorrendo a visão de *entidade* como conceito filosófico na perspectiva de Heidegger. O problema fundamental da filosofia de Heidegger como um todo não é a entidade, mas a questão do *ser ente*. A questão do *ser* não se coloca senão ao *ente* privilegiado que é capaz de questionar o *ser*, que possui uma compreensão do *ser*. O homem no quotidiano mantém-se numa situação de encobrimento de seu *ser* (a face oculta de cada um de nós que por pudor [termo que não sei se está correcto neste contexto] temos relutância em mostrar aos outros), possui uma interpretação errónea de sua própria existência, que se mantém para ele encoberta. Esta vertente existencialista, independentemente de ser hermética, contribui para uma reflexão mais profunda da entidade que cada um de nós é (Giddens, 2000).

Para esta assumpção é necessário partirmos de fora de nós, *ente*, *ser* e *entidade*. Introduzo aqui um novo elemento: o *outro*. O outro não é uma pessoa mas sim uma entidade. Temos de identificar o *outro* mas ao mesmo tempo partilharmos o *eu* agora sim como pessoa, que é idêntico ao outro (id entidade) (Satre, 1997).

Este irá ser o meu percurso trazendo a esta reflexão uma visão eclética e integradora das várias correntes que conheço: existencialista, psicanalista, sociológica, psicológica, antropológica – da identidade.

Pode-se designar, num sentido lato, a **identidade** pelo desenvolvimento do sentido daquilo que se é, ou seja, do carácter do que é único. Este termo remete para a identidade individual e pessoal de cada indivíduo. A identidade é uma construção dinâmica da unidade da consciência de si, o *ser*, através das relações subjectivas, das comunicações, da linguagem e das experiências sociais e nascentes/viventes culturais. É um processo activo, afectivo e cognitivo de representação de si no ambiente envolvente, o que implica a existência de um sentimento subjectivo de permanência e de continuidade. É indispensável ainda a existência de funções de regulação tais como a coerência, a transição e a estabilidade que são necessárias a uma adaptação às mudanças (Ballone, 2001).

Este desenvolvimento é interrompido de vez em quando por crises, as chamadas crises de identidade (pressuposto piagetiano), particularmente e como simples exemplo, no período da adolescência, quando o sentido de identidade está sujeito a uma certa tensão. Assim, o choque entre os sentimentos instintivos e a obrigação social pode levar a uma perda da identidade pessoal. (Michel-Jones, 1987).

As ciências sociais e humanas desenvolvem as possíveis dimensões da identidade no pressuposto do agir humano, num processo de construção de sujeitos. Daí a caracterização de uma personagem com a consciencialização do *Eu*.

Desde que a questão epistemológica sobre a identidade foi posicionada na filosofia ocidental, deparamos habitualmente com a invocação de dois critérios distintos de solução: o corpo (aquilo que se vê e que caracteriza anatomicamente a pessoa) e a memória (um conjunto de vivências que estigmatizam quem as vive). A representação do idêntico traduz-se em processos de reconhecimento de uma imagem (corpo) e a memória que dele se tem associando-se a componente relacional.

A identidade tem uma pré-história, relacionada, como já referi, com Platão e Sócrates; uma história, no domínio da cultura calvinista religiosa (o *ser* ético e religioso); uma modernidade, com o elevado fervor das correntes da consciência moral, psicológica, social que leva à identidade enquanto personalidade.

Actualmente vivenciamos, no campo das ciências sociais e humanas uma pós-modernidade para as questões identitárias. Para além das já referenciadas semânticas de entidade e identidade, surgem agora as referentes ao sujeito, individuo e pessoa. A identidade, nesta actualidade atravessa estas referências, estruturando-se transversal e dialecticamente sob e sobre elas. Com esta perspectiva começa a prever-se a manifestação da consciência individual – EU. Somos hoje um EU intemporal e ecológico. Não só por vínculos éticos, morais, ideológicos e histórico culturais, mas também por diversidade humana em interacção e transições permanentes.

Para pensar e falar das coisas, recorreremos, em português gramatical, à predicação, distinguindo um *ser* da acção ou processo que lhe atribuímos, ou seja o sujeito.

A temática da constituição do sujeito tem-se caracterizado como objecto de discussões em diferentes orientações teórico metodológicas da psicologia e é importante na medida em que problematiza tanto o objecto dessa ciência como a forma com que é abordado. A temática é discutida tendo como referencial de base os aportes teóricos de L.S.Vygotski (Kolb, 1997). Na perspectiva desse autor, a especificidade humana decorre da dupla relação que se estabelece com a realidade: via actividade, o ser humano apropria-se da cultura e da sociedade e concomitantemente nela se objectiva, constituindo-se assim como sujeito. Desse modo, a dimensão singular é inexoravelmente constituída e constituidora do social, o que pode ser tematizado como alteridade, como a dimensão de um *outro* ou das relações com outros.

Já a alternância, do sujeito, surge numa perspectiva segundo o modelo de Kolb (1997) com a aprendizagem experiencial e é concebida como um ciclo de quatro fases, repetitivo e alternando a entrada nas mesmas (somos estudantes num momento e profissionais em outro, num ciclo que interage permanentemente).

Juridicamente falando, *pessoa* é todo *ente* (anteriormente já referido) dotado de personalidade para o direito, isto é, da aptidão para ser titular de direitos subjectivos. Um direito pressupõe um titular. Às pessoas, como sujeitos de direito, são reconhecidas as faculdades ou direitos subjectivos. Todo ser humano é *pessoa*. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Já a palavra *indivíduo* habitualmente descreve qualquer coisa numericamente singular, única e demarcada das restantes (que me parece uma visão mais reducionista das características humanas).

A construção do *ser* social, feita em boa parte pela educação, ensino, instrução e formação [perspectivas política, humana, social e económica que noutro momento abordarei] é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios — sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento — que balizam a conduta do indivíduo num grupo. “*O homem, mais do que formador*

da sociedade, é um produto dela" (Émile Durkheim citado por Marques, 1996:13).

Da identidade pessoal às identidades profissionais

A categoria identidade pode ser adjectivada num rol muito variável: identidade étnica, social, profissional, cultural, juvenil, religiosa, política, de classe do idoso, do doente, entre muitas outras que nos podemos lembrar.

Postman (1994) surge com uma fórmula que permite a resolução destas disparidades – a identidade metamorfose.

Neste sentido pressupõe-se que este autor torne a identidade num campo universal sem afirmar necessariamente as singularidades em que se manifesta. Admite metamorfoses (visão ecológica) como admite adjectivações ou tipos de identidade. Como novidade, a identidade em ser de constrangimentos é o principal constrangimento para qualquer ciência que aflore esta. A identidade serve a ciência na formulação do seu objectivo e é um pressuposto que determina ou condiciona as suas reflexões.

A metamorfose identitária que referi é uma resposta às passagens copulativas, digo transições, em, e de, para, condições de crise individual (saúde, empregabilidade, hábitos, sexualidade, idade, mudança de casa, entre muitos outros quotidianos), quer no pensamento de Max Weber, quer no estruturalismo de Levi-Strauss (Postman, 1994).

Se a crise gera uma decomposição de traços identitários criando uma revolução interna com ou sem visibilidade social, por outro lado leva à diversidade como efeito multiplicador (tendo por base o princípio do efeito multiplicador da diversidade referido pela Profa. Sá-Chaves) de constructos identitários que podem-nos enriquecer consoante as respostas da pessoa às transições operadas.

Operam-se assim transições entre o EU agora e o EU atemporal – mas uma questão me fica: podemos falar de uma identidade diversa? Um Eu com muitas culturas, múltiplas religiões, vários valores, vários papéis sociais? Penso, e é um

achado pessoal, que a diversidade para cada identidade é uma zona de tensão permanente. Cabe a cada um de nós responder em transições e constituirmo-nos como indivíduos geracionais, gerindo, não a identidade, mas sim as respostas às solicitações dessa mesma identidade que fazem parte dos trâmites considerados normais (leia-se naturais visto que não é meu desejo trazer aqui o conceito de normalidade).

Essas situações são correntes no nosso dia-a-dia e que se podem exemplificar com as seguintes passagens: criança/jovem/adulto/idoso, vida/morte; estudante/trabalhador; solteiro/casado; rico/pobre; filho/pai/avô; são/doente/são/doente...

A identidade também é tratada como um processo de construção de sujeitos enquanto profissionais. Tal processo é marcado pela contingência que imprime a abertura que lhe é característica. A dinâmica desse processo explicita a concepção segundo a qual orientamos, alguma vez, alguém, a de que a identidade se inscreve no *jogo do reconhecimento*, que Benner (2001) tão bem retrata.

Esta autora, das ciências de enfermagem, ao desenvolver o modelo de *Dreyfus*, refere que para a construção identitária dos enfermeiros, não só cabe as questões da retribuição monetária (salário) mas também a promoção pelo mérito dos desempenhos e o reconhecimento dos diversos pares no desenvolvimento das práticas de saúde.

O conceito de identidade profissional distancia-se da noção de papéis e focaliza o profissional na sua relação consigo mesmo e com os outros, dinâmica essa que é referência para a investigação da identidade profissional. Para Dubar (1992), além da imagem de si próprio e das referências das instâncias externas, o indivíduo utiliza a recursividade entre as dimensões sociais e individuais.

Os significados que emergem do auto-reconhecimento estão, sobretudo, relacionados a questões do seu exercício: o dia-a-dia com os clientes, o trabalho e o aperfeiçoamento para melhor desempenho profissional (Dubar, 1992).

Quanto ao alter-reconhecimento (Zanella, 2005), o destaque é dado às questões colectivas que envolvem a categoria em defesa de interesses comuns.

Por exemplo, se bem que os jornais incluem, nas reivindicações que as greves trazem, a questão do exercício e suas condições, ganham mais relevo as outras – reivindicações salariais, mais frequentemente, em detrimento de um salário emocional.

Se, por um lado, no auto-reconhecimento, os profissionais reconhecem-se como tal e identificam valores positivos no seu trabalho de “prestar serviços”, por outro lado, convivem com os significados negativos de sua profissão e das próprias exigências dos clientes. Consideramos, portanto, que por vezes os profissionais vivenciam um conflito expresso na contradição entre como se reconhecem e como são reconhecidos pelos outros (Dubar, 1992).

Nesta abordagem verifica-se o que Dubet (1994) fala acerca da então denominada *Escola de Bristol*, em que existe uma categorização das dinâmicas de construção do EU; à identificação como sentimento de pertença e, finalmente a comparação social com outras identidades.

Assim, socialização e constituição de identidades parecem-me estar intrinsecamente relacionadas, mas não mutualmente dependentes, pelo sentimento de pertença grupal através das atitudes, linguagem(ns), trajectórias e projectos.

Sou enfermeiro [identificação profissional] e como tal tenho de trazer ao papel as questões relacionadas com a identidade profissional dos enfermeiros – um constructo que aflora os pergaminhos mais ou menos teóricos descritos até aqui.

Como enfermeiro e com funções de supervisão em ensino clínico da licenciatura de enfermagem devo sublinhar as noções do que para a enfermagem é: de objecto, objectivo, propósito, finalidade, natureza e características do corpo científico desta profissão, não só para mim, onde me identifico, mas também para os alunos que neste momento das suas aprendizagens, constroem identidade. É nesta altura que se dá a passagem da via simbólica de aquisição de saberes (quando o aluno comunga de uma identidade estudantil) para a via material da consciencialização dos diferentes papeis (como futura identidade socio-profissional – mudando a definição de si em parte do contexto social).

Já Alarcão (2004) refere que o momento das aprendizagens no contexto das práticas clínicas *"...é concebido como uma espécie de prisma rotativo que possibilita ao formando uma visão caleidoscópica do mundo do trabalho e dos seus problemas, permitindo uma reflexão dialogante sobre o observado e o vivido conduzindo à construção do conhecimento."* Acrescento que é neste momento, algo constrangedor, que o aluno começa a identificar os diferentes papéis mas ao mesmo tempo, inicia a construção identitária de si como futuro profissional enfermeiro, apesar de muitos referirem ser a escola o local determinante.

Dão-se os primeiros momentos que proporcionam ao aluno estagiário uma reflexão sobre os fenómenos da relação interpessoal de prescrição obrigatória no exercício profissional dos enfermeiros (conteúdos, contextos e *modus operandi*), comungando com a visão conceptual de pessoa que carece dessa mesma relação (com as suas experiências, trajectos de continuidade e descontinuidade, modos de interacção distintos do EU, diferentes estratégias de comunicação, graus diferenciados de adaptação ao meio, respostas às transições de saúde/doença e as variáveis que lhes são comuns).

Tenho tido a feliz oportunidade de estar com grupos de alunos em situação de primeiro ensino clínico. Para muitos daqueles jovens tudo é uma *"primeira vez"*, um processo de descoberta que encanta mas que faz doer. A primeira vez que vestem uma farda branca [traje profissional identificante]; a primeira vez que entram num hospital [local com poder soturno e desconhecido]; a primeira vez que tocam [a grandeza da relação em enfermagem] num doente; a primeira vez que executam uma determinada técnica [intruzamento da arte e da perícia]; a primeira vez que vêm nascer e morrer [condições da existência humana que lhes é frequentemente marginal].

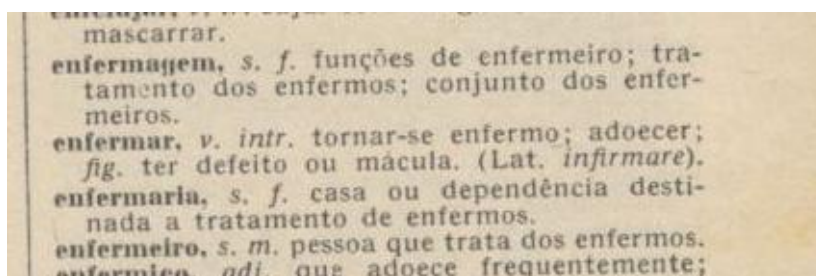
Momentos destes são, pessoalmente, de uma riqueza transcendente que me faz reflectir cada vez mais como me construí como enfermeiro e se foi possível alguém ter percebido, ao longo do tempo, da minha identidade profissional.

No entanto a realidade é por vezes sombria. Muitos enfermeiros *"identificam-se"* numa cultura marcadamente tecnicista e comparativa – pela existência do poder médico (?). Mas acredito na mudança e a enfermagem está nessa

mudança dado que a natureza da minha profissão, os percursos de formação dos nossos pares e as diferentes metodologias de intervenção (Cuidados Diferenciados, Cuidados Primários, Cuidados Continuados) têm contribuído para consciencialização em matéria de autonomia e de identificação.

A identidade do "*ser enfermeiro*" é uma matriz que articula dimensões simbólicas e de práticas sociais e culturais, como uma das características de uma humanidade transcendente. Executa-se na criação, na atribuição e na reprodução, de forma sistemática, racional e estruturada dos sentidos e significados das respostas do *outro* às situações de transição saúde/doença. É este fenómeno que, conceptualmente, permite concretizar ancoragens e definir a identidade e a integridade do "*eu enfermeiro*".

Aludo a esta conclusão a mesma forma que iniciei a reflexão:



Não só trazendo à discussão um senso comum do que é ser enfermeiro mas mais importante é deixar uma questão em aberto e que poderá suscitar outras múltiplas reflexões: *Porque cuidam os enfermeiros?*

E permita-me, Professora. Idália, o remate: a vida do *Eu* enquanto personalidade e personalidade livre (sendo sujeito, individuo, ser, ente, pessoa e entidade com identidade) constitui-se num universo de múltiplos "*eus*" que não sendo eu, oferecem as múltiplas oportunidades de transições e as formas como são vividas, contribuindo para a minha riqueza pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, I. (2004). *Supervisão em Ensino Clínico*. Aula proferida no decorrer do curso de pós-graduação de curta duração em Supervisão em Ensino Clínico, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Almeida, J. F.; Costa, A. (1990). *Valores e Representações Sociais*: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- Ballone GJ. (2001). *O Indivíduo, o Ser Humano e a Pessoa*. in Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Identidade. PsiqWeb Psiquiatria Geral, Internet, disponível em <http://gballone.sites.uol.com.br/voce/pessoa.html>.
- Benner, P. (2001). *De iniciado a perito – Excelência e poder na prática de enfermagem*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Dicionário da Língua Portuguesa (1972). Dicionários "Editora", 5ª edição, Porto Editora, Porto.
- Dubar, C. (1992). *Formes identitaires et socialization professionnelle*. Revue Française de sociologie, n. 33, Paris, pp. 506-529.
- Dubet, F. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris, Ed. Seuil.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Habermas, J. (1990). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Marques, A. (1996). *Problemas da Identidade: Entre a Metafísica Tradição e Memória*, Lisboa n.9.
- Michel-Jones, F. (1987). *A noção de pessoa*. In Auge, M. *A construção do mundo*. Lisboa; Edições 70.
- Kolb, D. (1997). *A Gestão e o Processo de Aprendizagem*. In: STARKEY, Ken. *Como as Organizações Aprendem - Relatos do Sucesso de Grandes Empresas*. São Paulo, Futura, p. 321-341.
- Postaman, N. (1994). *A rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo, Edições Nobel.
- Santos, B.S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Edições Afrontamento.
- Satre, J.P. (1997). *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução e notas de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes.
- Silva, P.; Miguel, B. (2003). *A Hermenêutica da condição humana de Paul Ricoeur*, in Revista Filosófica de Coimbra, vol. 12, nº 24.
- Stoer, S. R. (1991) *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa*: Ed. Afrontamento, Porto.
- Zanella, A. (2005). *Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural*. In *Psicol. Soc.* [online]. v. 17, n. 2, pp. 99-104.